

CARLOS GUSTAVO DE SOUZA

Advogado Militante no Direito Comercial e Tributário; Especialista
em Direito Processual Civil - Centro Universitário - UNI-FMU - SP;
Mestrando em Direito Empresarial e Tributação - Universidade Cândido
Mendes - RJ; Docente da Universidade Estácio de Sá
carlosgustavosouza@adv.oabsp.org.br

TÍTULOS DE CRÉDITO

Freitas Bastos Editora

2005

347.735(81)
S731t



Índice Sistemático

Segunda Oração	V
Capítulo I - Introdução	
1. O homem primitivo e o comércio	1
2. Resquícios históricos do comércio evolutivo	3
3. A Idade Média e a Renascença	4
4. A eclosão do comércio em sua mais recente concepção	6
5. A cunhagem das moedas	7
6. O crédito	9
7. A historicidade dos títulos de crédito	16
Capítulo II - Atributos dos Títulos de Crédito	
1. Atributos	18
2. Literalidade	20
3. Cartularidade	22
4. Autonomia	24
4.1 Abstração	25
4.2 Inoponibilidade das exceções cartulares	27
5. Os atributos dos títulos de crédito sob uma concepção moderna	29
Capítulo III - Classificação dos Títulos de Crédito	
1. Classificação	32
2. Classificação quanto ao conteúdo e natureza	33
2.1 Títulos não-causais, abstratos ou perfeitos	33
2.2 Títulos causais, impróprios ou imperfeitos	35
3. Classificação quanto ao modo de circulação	36
3.1 Títulos ao portador	36
3.2 Títulos nominativos	37
3.3 Títulos à ordem	37
Capítulo IV - Letra de Câmbio	
1. Origem	39
2. A letra de câmbio no direito brasileiro	41
3. Lei Uniforme da Convenção de Genebra	42
4. Conflito aparente entre o Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908 e o Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966	45
5. As reservas do Decreto nº 57.663/1966	47
6. Conceituação	48
7. Constituição da letra de câmbio	48
8. Epistemologia cambiaria	49

347.735(81)
S731t



9. Devedor direto	50
10. Devedor indireto	51

Capítulo V - Endosso

1. Conceituação do endosso	53
2. Características do endosso na letra de câmbio	56
3. Espécies de endosso	58
3.1 Endosso em preto	58
3.2 Endosso em branco	58
4. Cláusula não à ordem	59
5. Cessão civil	61
6. Cláusula sem garantia	63
7. Cláusula sem despesas ou sem protesto	64
8. Modalidades de endosso	64
8.1 Endosso próprio	64
8.2 Endosso impróprio	65
8.2.1 Endosso-mandato (arts. 18 da LUG e 26 da LC)	65
8.2.2 Endosso-caução (art. 19 da LUG)	67

Capítulo VI - Aceite

1. O aceite na letra de câmbio	68
2. Apresentação para o aceite	70
2.1 Modalidades da apresentação da letra de câmbio	71
2.1.1 Letra de câmbio à vista	71
2.1.2 Letra de câmbio a certo termo de vista	71
2.1.3 Letra de câmbio certa a data do vencimento	73
3. Aceite necessário	74
3.1 Letra de câmbio a certo termo de vista	74
3.2 Letra com vencimento em domicílio díspar com o do sacado	74
3.3 Para resguardar o direito de regresso da cadeia de endossos e em face do sacador	75
4. Efeitos do aceite	75
4.1 Recusa do aceite	76
4.1.2 Protesto por falta de aceite	76
4.2 Recusa parcial do aceite	77
4.2.1 Recusa parcial do aceite limitativo	77
4.2.2 Recusa parcial do aceite modificativo	78
5. Cláusula não aceitável	78
5.1 Cláusula não aceitável até o vencimento	79
5.2 Cláusula não aceitável após um determinado interstício temporal	79

Capítulo VII - Aval

347.735(81)
S731t



1. Etimologia do aval	80
1.1 Primeira escola	81
1.2 Segunda escola	81
1.3 Terceira escola	82
1.4 Quarta escola	82
2. Evolução histórica do aval	83
3. O aval no direito brasileiro	84
4. Natureza jurídica do aval	85
5. Conceito de aval	88
6. Fiança	91
7. Distinção entre o aval e a fiança	93
8. Forma do aval	96
8.1 Aval em branco	97
8.2 Aval em preto	98
9. Aval sucessivo	101
10. Aval simultâneo	101
11. Aval antecipado	105
12. Aval posterior ao vencimento do título	105
13. Aval parcial	105

Capítulo VIII - Nota Promissória

1. Conceito	106
2. Requisitos essenciais à nota promissória	108
2.1. Denominação "Nota Promissória" inserta no próprio texto do título e expressa na língua empregada para a redação desse título	108
2.2. A promessa pura e simples de pagar uma quantia determinada	108
2.3. O nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga	109
2.4. A assinatura de quem passa a nota promissória	109
3. Requisitos suprimíveis da nota promissória	109
3.1 A indicação do lugar em que se deve efetuar o pagamento	110
3.2 A época do pagamento	110

Capítulo IX - Duplicata

1. Conceituação	111
2. Origem das duplicatas	113
3. Compra e venda mercantil	114
4. Requisitos essenciais da duplicata	116
5. Fatura	120
6. Emissão da duplicata	121
7. Remessa e devolução da duplicata	122
8. Aceite na duplicata	122

347.735(81)
S731t



9. Recusa do aceite na duplicata	124
10. Protesto da duplicata	128
12. Duplicata escritural	129
13. Triplicata	129
14. Prescrição	130
Capítulo X - Cheque	
1. A origem do cheque	133
1.1. Corrente classista	133
1.2. Corrente neoclássica	134
1.3. Concepção moderna do cheque	137
2. Evolução etimológica do cheque	139
3. O cheque no direito brasileiro	141
4. Conceito e a natureza jurídica do cheque	144
5. Função econômica do cheque	146
6. Criação do cheque	147
7. Requisitos essenciais do cheque	149
7.1 A denominação "cheque" inscrita no contexto do título	150
7.2 A ordem incondicional de pagar quantia determinada	151
7.3 O nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar	152
7.4 Lugar de pagamento	152
7.5 A indicação da data e do lugar de emissão	153
7.6 A assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais	155
8. Modalidades de cheque	156
8.1 Cheque marcado	156
8.2 A origem do cheque cruzado	158
8.2.1 Espécies de cruzamento	160
8.3 Cheque visado	161
8.4 Cheque administrativo	165
8.5 Cheque para se levar em conta	165
8.6 Cheque de viagem	166
8.7 Cheque postal	167
8.8 Cheques circulares	168
8.9 Cheque pós-datado	168
10. Prescrição do cheque	172
10.1 A prescrição do cheque no Brasil	173
10.2 A prescrição do cheque na Argentina	175
10.3 A prescrição do cheque na Espanha	176
10.4 A prescrição do cheque em Portugal	177
11. Ação por falta de pagamento	177

347.735(81)
S731t



Capítulo XI - Conhecimento de Depósito e Warrant	
1. Conceituação	181
2. Evolução histórica do conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	183
3. Requisitos do conhecimento de depósito e do <i>warrant</i>	186
4. Recibo de depósito	187
5. A circulação do conhecimento de depósito e do	
6. Responsabilidade dos endossantes no conhecimento de depósito	190
7. Protesto	192
Capítulo XII - Conhecimento de Transporte	
1. Introdução e conceito	194
2. Conhecimento de transporte e a sua causa subjacente	197
3. Características do conhecimento de transporte	199
4. Breve historicidade sobre o conhecimento de transporte	200
5. Requisitos	201
5.1 Transporte terrestre	201
5.2 Transporte ferroviário	202
5.3 Transporte marítimo	202
5.4 Transporte aéreo	202
5.5 Transporte multimodal	203
6. Forma de circulação	204
7. Circulação dos conhecimentos	205
8. Responsabilidade do consignatário e dos endossantes	207
9. Conhecimento não à ordem	208
Capítulo XIII - Protesto Cambial	
1. Origem do protesto	210
2. O protesto no Brasil	212
3. Conceito	214
4. Efeitos do protesto	216
4.1 Direito de regresso	216
4.1.1 Direito de regresso na letra de câmbio e nota promissória	217
4.1.2 Direito de regresso no cheque	218
4.1.3 Direito de regresso na duplicata	221
4.2 Publicidade	222
5. Modalidades do protesto	222
5.1 Protesto por falta ou recusa de pagamento ou devolução	222
5.2 Falta de aceite	223
6. Lugar do protesto	224
7. Cláusula sem protesto	225
8. Protesto por indicação	226

347.735(81)
S731t



Capítulo XIV - Prescrição	
1. Introdução	227
2. A prescrição no direito romano	229
2.1 <i>Legis actiones</i> - As Ações da Lei	229
2.2 <i>Per formulas</i> - Processo Formulário	230
2.3 <i>Cognitio extraordinária</i> - O processo extraordinário	231
3. Etimologia	232
4. A prescrição no direito comparado	233
4.1 A prescrição na França	233
4.2 A prescrição na Itália	233
4.3 A prescrição em Portugal	233
4.4 A prescrição na Espanha	235
4.5 A prescrição na Argentina	235
4.6 A prescrição no Brasil	235
5. Pressupostos da ação executiva	240
Referências bibliográficas	244
Organograma das letras de câmbio	248
Anexo I - Modelos de Títulos	
Nota promissória	250
Letra de câmbio	251
Anexo II - Legislação cambiaria anotada	
Decreto nº 2.044, de 31.12.1908	252
Decreto nº 19.473, de 10.12.1930	269
Decreto nº 57.663, de 24.1.1966	273
Decreto nº 57.595, de 7.1.1966	302
Decreto nº 5.474, de 18.7.1968	324
Lei nº 7.357, de 2.9.1985	333
Lei nº 10.406, de 10.1.2002	352
Anexo III - Legislação esparsa	
Lei nº 556, de 25.6.1850 (Código Comercial)	360
Decreto nº 2.591 de 7.8.1912	362
Lei nº 9.492, de 10.9.1997	375
Índice Legislativo Comparativo	385

347.735(81)
S731t

